



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ

COD - 7002

ANALISTA JUDICIAL - TIPO A

FRASE: SER JUSTO NÃO É SER BONDOSO, É SER CORRETO.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

IDECAN

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 a 25

Por que é importante diversidade no sequenciamento genético

1	Se houvesse um ranking de fatores que unem os indivíduos ao redor do mundo, sem dúvida o DNA estaria no topo: 99,9%
2	das sequências de DNA humano são idênticas entre si.
3	O monge e cientista austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884) foi o primeiro a sugerir que certos "fatores invisíveis"
4	eram responsáveis pelas diversas características humanas. Sabe-se hoje que tais fatores são os genes, compostos de ácido
5	desoxirribonucleico, ou DNA.
6	Essas moléculas de ácido dão instruções genéticas aos seres vivos. Mas se os humanos compartilham tanto do mesmo
7	material genético, por que a diversidade é importante no contexto de seu sequenciamento?
8	Para entender isso, deve-se mudar o foco para o 0,1% de diferença entre as sequências de DNA. Essa diferença
9	aparentemente pequena decorre das variações existentes entre os 3 bilhões de pares de bases (ou nucleotídeos) que compõem o
10	genoma humano.
11	Todas as características que distinguem os seres humanos entre si, incluindo altura e cor dos olhos ou cabelo, se devem
12	a essas variações. Mas vai além: ao longo dos anos, cientistas descobriram que essas variações também podem fornecer
13	informações vitais sobre o risco de um indivíduo ou população desenvolver uma doença específica.
14	Assim, pode-se usar a avaliação de risco dos dados genéticos para projetar uma estratégia de saúde adaptada ao indivíduo
15	ou à região.
16	Em consultas médicas, é comum o paciente ter que preencher formulários sobre o histórico de saúde de seus pais e
17	familiares. Se um dos pais for diabético, por exemplo, recomenda-se que o filho fique longe de doces e açúcares processados.
18	Embora a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, existem muitas
19	outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.
20	Por exemplo, sabe-se que a anemia falciforme ocorre quando se herdamos duas cópias anormais do gene que produz a
21	hemoglobina (proteína dos glóbulos vermelhos do sangue), uma de cada genitor.
22	Nas últimas décadas, a pesquisa genética avançou a ponto de os cientistas conseguirem isolar os genes responsáveis
23	por muitas doenças. Mas aqui está o problema: a ciência tem conhecimento dessa correlação entre genes e doenças aplicado a
24	uma população muito restrita.
25	Sarah Tishkoff, geneticista e bióloga evolutiva da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, é uma entre muitos
26	cientistas que pressionam por conjuntos de dados genômicos mais diversos.
27	É problemático, por exemplo, se um "estudo focado em indivíduos com ascendência europeia identificar variantes
28	genéticas associadas ao risco de doenças cardíacas ou diabetes, e usar essa informação para prever o risco de doenças em
29	pacientes não incluídos no estudo original".
30	"Sabemos por experiência que essa previsão de risco de doença não funciona bem quando aplicada a indivíduos com
31	diferentes ascendências, principalmente se tiverem ascendência africana", explica Tishkoff.
32	Historicamente, quem fornece seu DNA para pesquisa genômica é predominantemente de ascendência europeia, "o que
33	cria lacunas no conhecimento sobre os genomas no resto do mundo", registra o Instituto Nacional de Pesquisa do Genoma Humano
34	(NHGRI, na sigla em inglês), nos EUA.
35	Segundo a instituição, 87% de todos os dados de genoma disponíveis no mundo são de ascendência europeia, seguidos
36	por 10% de asiáticos e 2% de africanos.
37	Como resultado, os potenciais benefícios da pesquisa genética, que inclui diagnóstico precoce e tratamento de várias
38	doenças, podem não beneficiar as populações sub-representadas.
39	O problema não acaba na avaliação do risco de doença. Também leva à desigualdade nos cuidados médicos, diz Jan
40	Witkowski, professor da Escola de Pós-Graduação em Ciências Biológicas do Laboratório Cold Spring Harbor, no estado de Nova
41	York, EUA.
42	"Digamos que existam dois grupos, A e B, que são muito diferentes. O conhecimento e as informações que se aprende
43	sobre o grupo A podem não se aplicar ao grupo B. Imagine desenvolver tratamentos médicos para todos, baseados apenas nas
44	informações do grupo A. Não vai funcionar no grupo B."
45	Ao incluir diversas populações nos estudos genômicos, pesquisadores podem identificar variantes genômicas associadas
46	a várias configurações de saúde, tanto no nível individual quanto populacional.
47	Segundo o instituto NHGRI, contudo, diversificar os participantes na pesquisa genômica é caro e exige o estabelecimento
48	de relações de confiança e de respeito, no longo prazo, entre as comunidades e os pesquisadores.

(Sushmitha Ramakrishnan. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2022/07/por-que-e-importante-diversidade-no-sequenciamento-genetico.shtml>. 25.jul.2022)

1. A respeito do texto e suas possíveis inferências, analise as afirmativas a seguir:

- I. São as diferenças que distinguem os seres humanos que igualmente os tornam mais ou menos doentes.
- II. Não haveria evolução na pesquisa genômica se não fossem as contribuições da população europeia.
- III. Quanto maior a diversidade dos corpus de estudo, mais conclusões científicas serão alcançadas.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2. O monge e cientista austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884) foi o primeiro a sugerir que certos "fatores invisíveis" eram responsáveis pelas diversas características humanas. (linhas 3 e 4)

O segmento destacado no período acima poderia ser representado corretamente, seguindo a lógica morfossintática e semântica, por uma determinada simbologia. Assinale-a.

- A) $a1+2b > 3 = c4$
- B) $1a+b3 > 2 = 2c$
- C) $2a+3b > 1 = c4$
- D) $1 + a2 > 4 = 2c$
- E) $3 + a3 > 2 = 4c$

3. Assinale a alternativa em que a palavra exerça, no texto, papel adjetivo.

- A) fatores (linha 1)
- B) essas (linha 12)
- C) além (linha 12)
- D) longo (linha 12)
- E) familiares (linha 17)

4. *Mas se os humanos compartilham tanto do mesmo material genético, por que a diversidade é importante no contexto de seu sequenciamento?* (linhas 6 e 7)

No período acima, empregou-se corretamente uma das formas do porquê. Assinale a alternativa em que isso **NÃO** tenha acontecido.

- A) Saberemos por que, em breve, ocorrerão tantas alterações no projeto.
- B) Uma vez sem saber por quê, ficaria impossível decidir que rumo tomar.
- C) Porque somos fortes não podemos chorar?
- D) Soubemos o motivo porque seríamos descartados.
- E) Nosso porquê sempre foi alegar por que você agia daquela forma.

5. *Embora a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, existem muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.* (linhas 18 e 19)

Assinale a alternativa em que, alterando-se o período acima, **NÃO** se tenha mantido adequação à norma curta. Despreze as alterações de sentido.

- A) Conquanto a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, pode haver muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.
- B) Não obstante a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, há de haver muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.
- C) Apesar de a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações ser mais conhecida, deve haver muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.
- D) Posto que a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, não de existir muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.
- E) Porquanto a transferência de doenças cardíacas, câncer e diabetes entre as gerações seja mais conhecida, há de existir muitas outras doenças que podem ser herdadas geneticamente.

6. Por *falciforme* (linha 20), entende-se

- A) "de forma não verdadeira".
- B) "com a forma de um falcão".
- C) "de forma dura".
- D) "com a forma falha".
- E) "com a forma de foice".

7. *Se houvesse um ranking de fatores que unem os indivíduos ao redor do mundo, sem dúvida o DNA estaria no topo: 99,9% das sequências de DNA humano são idênticas entre si.* (linhas 1 e 2)

Assinale a alternativa em que, alterando-se a estrutura sublinhada acima, independentemente da mudança sentido provocada, tenha-se mantido a adequação à norma culta.

- A) 1,5 milhão é parecido entre si.
- B) 0,89% das pessoas é parecida entre si.
- C) 1,9% da população são idênticos entre si
- D) Dois quintos da população é parecido entre si.
- E) 1,8 milhões de pessoas são parecidas entre si.

8. *Mas aqui está o problema: a ciência tem conhecimento dessa correlação entre genes e doenças aplicado a uma população muito restrita.* (linhas 23 e 24)

O segmento logo após os dois-pontos, em relação ao trecho anterior, estabelece uma relação de

- A) explicação.
- B) enumeração.
- C) explicitação.
- D) especificação.
- E) exemplificação.

9. Assinale a alternativa em que, no texto, o termo indicado exerça papel semântico **distinto** do dos demais.

- A) ou DNA (linha 5)
- B) (1822-1884) (linha 3)
- C) (ou nucleotídeos) (linha 9)
- D) (proteína dos glóbulos vermelhos do sangue) (linha 21)
- E) (NHGRI, na sigla em inglês) (linha 34)

10. *Se houvesse um ranking de fatores que unem os indivíduos ao redor do mundo, sem dúvida o DNA estaria no topo: 99,9% das sequências de DNA humano são idênticas entre si.* (linhas 1 e 2)

O segmento sublinhado no período acima, em relação ao que se afirma anteriormente, o

- A) enumeração.
- B) exemplifica.
- C) específica.
- D) explicita.
- E) explica.

11. Na linha 11, aparece a palavra "distinguem". É correto afirmar que ela contém

- A) dez fonemas.
- B) nove fonemas.
- C) oito fonemas.
- D) sete fonemas.
- E) seis fonemas.

12. Na linha 3, usa-se a expressão "fatores invisíveis" entre aspas com a justificativa de

- A) ser uma citação.
- B) construir uma ironia.
- C) apontar algo inominável.
- D) ser um jargão profissional.
- E) elucidar uma metáfora.

13. Assinale a alternativa em que a palavra indicada, no texto, **não** exerça papel adverbial.

- A) mais (linha 18)
- B) muitas (linha 18)
- C) muito (linha 24)
- D) mais (linha 26)
- E) muito (linha 42)

14. *Como resultado, os potenciais benefícios da pesquisa genética, que inclui diagnóstico precoce e tratamento de várias doenças, podem não beneficiar as populações sub-representadas.* (linhas 37 e 38)

No período acima, foi grafada corretamente a palavra sublinhada ao se empregar o prefixo -sub. Assinale a alternativa em que isso **não** tenha ocorrido.

- A) sub-base
- B) subumano
- C) sub-humano
- D) sub-aquático
- E) subsistema

15. Assinale a alternativa em que a palavra indicada tenha sido formada por composição.

- A) bióloga (linha 25)
- B) moléculas (linha 6)
- C) genéticas (linha 6)
- D) correlação (linha 23)
- E) Pós-Graduação (linha 40)

16. *Digamos **que** existam dois grupos, A e B, **que** são muito diferentes. O conhecimento e as informações **que** se aprende sobre o grupo A podem não se aplicar ao grupo B.* (linhas 42 e 43)

As ocorrências do QUE no período acima se classificam, respectivamente, como

- A) conjunção integrante, pronome relativo e pronome relativo.
- B) conjunção subordinativa, conjunção integrante e conjunção integrante.
- C) pronome relativo, pronome relativo e pronome relativo.
- D) conjunção integrante, conjunção subordinativa e conjunção integrante.
- E) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção subordinativa.

17. Assinale a alternativa em que o termo indicado exerça função sintática distinta da das demais.

- A) pelas diversas características humanas (linha 4)
- B) de doenças cardíacas (linha 28)
- C) dos dados genéticos (linha 14)
- D) aos seres vivos (linha 6)
- E) de risco (linha 30)

18. Se um dos pais for diabético, por exemplo, recomenda-se que o filho fique longe de doces e açúcares processados. (linha 17)

No período acima, as ocorrências do SE se classificam, respectivamente, como

- A) partícula apassivadora e indeterminador do sujeito.
- B) conjunção subordinativa e partícula apassivadora.
- C) conjunção integrante e indeterminador do sujeito.
- D) conjunção subordinativa e conjunção integrante.
- E) conjunção integrante e partícula apassivadora.

19. Historicamente, quem fornece seu DNA para pesquisa genômica é predominantemente de ascendência europeia, "o que cria lacunas no conhecimento sobre os genomas no resto do mundo", registra o Instituto Nacional de Pesquisa do Genoma Humano (NHGRI, na sigla em inglês), nos EUA. (linhas 32 a 34)

No período acima, é correto afirmar que há

- A) cinco artigos.
- B) seis artigos.
- C) sete artigos.
- D) oito artigos.
- E) nove artigos.

20. Em consultas médicas, é comum o paciente ter que preencher formulários sobre o histórico de saúde de seus pais e familiares. (linhas 16 e 17)

No período acima, é correto afirmar que há

- A) três preposições.
- B) quatro preposições.
- C) cinco preposições.
- D) seis preposições.
- E) sete preposições.

21. Com base numa leitura de inferências do texto, **NÃO** é correto afirmar que

- A) percentualmente somos mais parecidos que diferentes.
- B) é importante que a diversidade seja conhecida a fundo.
- C) está na base dessa variação percentualmente mínima a possibilidade de prever o surgimento de doenças no ser humano.
- D) os pesquisadores ainda não alcançaram um grau de confiança das comunidades necessário para que os estudos evoluíssem.
- E) a diversidade genética se pode provar como sendo um elemento essencial hoje para combater doenças no mundo todo.

22. Ao incluir diversas populações nos estudos genômicos, pesquisadores podem identificar variantes genômicas... (linha 45)

Assinale a alternativa em que a passagem do segmento acima para a voz passiva tenha ocorrido em respeito à norma culta.

- A) Ao ser incluídas diversas populações nos estudos genômicos, variantes genômicas podem ser identificadas por pesquisadores
- B) Ao ser incluído diversas populações nos estudos genômicos, variantes genômicas podem ser identificadas por pesquisadores
- C) Ao serem incluídas diversas populações nos estudos genômicos, variantes genômicas podem ser identificadas por pesquisadores
- D) Ao ser incluídas diversas populações nos estudos genômicos, variantes genômicas se pode identificar por pesquisadores
- E) Ao serem incluídas diversas populações nos estudos genômicos, variantes genômicas se pode identificar por pesquisadores

23. Mas aqui está o problema: a ciência tem conhecimento dessa correlação entre genes e doenças aplicado a uma população muito restrita. (linhas 23 a 24)

Assinale a alternativa em que se tenha apontado o papel correto exercido pela palavra sublinhada no período acima.

- A) epanafórico
- B) catafórico
- C) anafórico
- D) exofórico
- E) dêitico

24. O texto, em relação à sua tipologia, classifica-se eminentemente como

- A) descritivo.
- B) narrativo.
- C) injuntivo.
- D) dissertativo-expositivo.
- E) dissertativo-argumentativo.

25. ...recomenda-se que o filho fique longe de doces e açúcares processados. (linha 17)

A respeito do segmento acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. A palavra "processados" concorda somente com "açúcares".
- II. A palavra "processados" se refere semanticamente tanto a "doces" quanto a "açúcares", mas não somente a "açúcares".
- III. Semanticamente, "processados" pode se referir somente a "doces".

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

Texto para as questões 26 a 30

ESTOU NO INFERNO ?



(Rodrigo Zoom. <https://www.flickr.com/photos/rodrigozoom/3709009538/>)

26. A forma "Ah vá" tem valor

- A) interjetivo.
- B) imperativo.
- C) condicional.
- D) adverbial.
- E) adjetivo.

27. A primeira fala do quadrinho apresenta uma construção cujo objetivo é

- A) tornar o texto agressivo por natureza.
- B) expressar que o personagem é mal-educado.
- C) amenizar aos olhos do leitor a expressão de revolta dele.
- D) envolver o leitor criando uma palavra nova.
- E) estabelecer uma relação de intimidade com interlocutor no texto.

28. Na última fala do quadrinho, o registro apresenta marcas de

- A) ironia.
- B) ambiguidade.
- C) coloquialismo.
- D) redundância.
- E) rebuscamento.

29. Pelo quadrinho, é **incorreto** inferir que

- A) não se pode cobrar do outro algo que um não é capaz de fazer.
- B) quem olha para a mulher do amigo pode ir para o inferno.
- C) quem chuta cachorro pode ir para o inferno.
- D) até o Diabo pode cair em tentação.
- E) quem mente pode ir para o inferno.

30. A respeito da segunda fala do primeiro quadrinho, analise as afirmativas a seguir:

- I. No texto, ao se responder a uma pergunta com outra pergunta, o efeito é de confirmação da pergunta anterior.
- II. A segunda fala do segundo quadrinho revela que o argumento do outro personagem levantou uma reflexão.
- III. A última fala do texto mantém a argumentação em cima do próprio questionamento do quadrinho anterior.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

31. Com base na Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir:

- I. Sem prejuízo das correições ordinárias e anuais, que os Juízes se obrigam a fazer nas comarcas, o Corregedor- Geral da Justiça deve realizar uma de caráter geral, anualmente, em pelo menos dez comarcas, sem que se contem as correições extraordinárias determinadas pelo Conselho da Magistratura ou pelo Tribunal Pleno.
- II. As correições ordinárias e anuais, de realização obrigatória pelos Juízes, nas respectivas comarcas ou varas, consistirão na inspeção assídua e severa dos cartórios, delegacias de polícia, estabelecimentos penais e demais repartições que tenham relação direta com os serviços judiciais e sobre a atividade dos auxiliares e funcionários da Justiça que lhes sejam subordinados.
- III. Sujeitam-se à correição os atos dos Juízes, serventuários e funcionários da Justiça, inclusive as escrivarias das Varas da Fazenda Pública.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

32. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, compete às Câmaras Reunidas processar e julgar em matéria cível o listado nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- A) os embargos infringentes dos julgados das Câmaras Especializadas e de suas decisões
- B) as ações rescisórias de seus acórdãos, das Câmaras Especializadas e das decisões dos Juízes singulares
- C) a restauração dos autos extraviados ou destruídos, em feitos de sua competência
- D) as habilitações nas causas sujeitas a seu julgamento
- E) os recursos gerais interpostos como embargos à execução

33. Com base no que ensina a Lei Complementar Estadual 13/94, analise as afirmativas a seguir:

- I. O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.
- II. A promoção interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da posse no novo cargo.
- III. Ressalvados os casos previstos em lei específica estadual, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

Assinale

- A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

34. Em relação ao processo disciplinar, conforme rege a Lei Complementar Estadual 13/94, analise as afirmativas a seguir:

- I. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- II. O ato de instauração conterá a exposição sucinta da infração administrativa ou a indicação dos dispositivos legais violados e a qualificação do acusado.
- III. Será facultativa a separação dos processos disciplinares ou sindicâncias punitivas, quando as infrações disciplinares tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou lugar diferente, ou, quando pelo excessivo número de imputados ou por outro motivo relevante, a comissão ou o sindicante reputar conveniente a separação.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

35. Com base na Lei Complementar 230/17, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aos servidores do Poder Judiciário serão aplicadas as mesmas sanções previstas no Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Piauí.
- II. Além das proibições previstas no Estatuto dos Servidores Civis, aos servidores do Poder Judiciário é vedado, especialmente, dificultar ou deixar de levar ao conhecimento de autoridade competente, por via hierárquica e em 24 (vinte e quatro) horas, representação, petição, recurso judicial ou administrativo ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-lo.
- III. A responsabilização administrativa de servidor do Poder Judiciário dar-se-á sempre através de processo administrativo ou sindicância, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

36. De acordo com as regras para escolha do Presidente e do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os membros dos cargos de direção serão eleitos na primeira sessão ordinária do mês de novembro dos anos pares. Os eleitos tomarão posse na sessão solene de instalação do ano judiciário subsequente.
- II. Na sessão ordinária imediatamente anterior àquela em que se tiver de proceder à eleição, o Plenário do Tribunal aprovará a lista com os nomes dos três Desembargadores mais antigos e desimpedidos, dentre os quais serão escolhidos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça.
- III. Não se considera eleito quem não obtiver mais da metade dos votos dos Desembargadores do Tribunal; se nenhum reunir essa votação, realizar-se-á novo escrutínio entre os dois mais votados, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais antigo no Colegiado.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

37. Conforme o que estabelece a Lei Complementar Estadual 230/17, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos casos de impedimentos ou afastamentos superiores a 15 (quinze) dias, o servidor ocupante de cargo de direção ou chefia será substituído com prazo determinado e não superior a 60 (sessenta) dias por servidor, observando o artigo 37 da lei.
- II. O substituto perceberá, além de seu subsídio, a diferença proporcional ao tempo de substituição, calculada como se fosse titular do cargo em comissão ou da função de confiança.
- III. A substituição prevista depende de ato da administração, após a indicação do gestor.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

38. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em caso de conflito de jurisdição, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar.
- II. Também pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
- III. Após a distribuição, o Relator mandará ouvir as autoridades em conflito, ou apenas a suscitada, se uma delas for suscitante; dentro do prazo, assinado pelo Relator, caberá à autoridade ou às autoridades prestar as informações.

Assinale

- A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

39. A respeito do agravo regimental, assinale a afirmativa incorreta.

- A) As disposições relativas ao agravo regimental também se aplicam aos despachos do Presidente do Tribunal de Justiça que admitirem a interposição do recurso extraordinário ou do recurso especial.
- B) O agravo regimental será interposto no prazo de cinco dias da publicação do despacho ou decisão impugnada, se outro não for estabelecido em lei ou no Regimento.
- C) O agravo será protocolado e, sem qualquer formalidade, submetido ao prolator do despacho, que poderá reconsiderar o seu ato ou submeter o agravo ao julgamento do Plenário ou da Câmara, a que caiba a competência, computando-se também o seu voto.
- D) O agravo regimental não terá efeito suspensivo.
- E) Dos despachos do Presidente do Tribunal de Justiça, de presidentes de Câmaras Reunidas, de presidentes de Câmaras Especializadas, dos desembargadores que funcionam como relatores nos processos em curso nesses órgãos, caberá agravo em mesa, ou regimental, para o Plenário, para as Câmaras Reunidas ou para as Câmaras Especializadas, observada a respectiva competência.

40. Conforme reza a Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, são requisitos mínimos para a criação de Comarca as condições listadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) distância mínima de 50 (cinquenta) quilômetros até a sede de outra comarca existente.
- B) população mínima de 10.000 (dez mil) habitantes no município, com, pelo menos, 5.000 (cinco mil) na sede.
- C) território de área superior a 100 (cem) quilômetros quadrados.
- D) serviços forenses, apurados na Comarca que tiver de sofrer desdobramento, superiores a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos por magistrado do Tribunal, no último triênio.
- E) prédios apropriados de domínio do Estado ou do Município, para todas as necessidades dos serviços forenses, inclusive edifício para a Cadeia Pública, com a devida segurança e em condições de regularidade de regime de prisão provisória.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Para Konrad Hesse, deve-se buscar a efetividade plena das normas constitucionais de modo que o texto constitucional se mostre eficaz ao estabelecer uma relação entre a realidade política e social com a realidade jurídica do Estado. A concepção de Constituição elaborada por Hesse é uma resposta à concepção

- A) jurídica.
- B) política.
- C) pluralista.
- D) culturalista.
- E) sociológica.

42. As Constituições podem ser classificadas com base em diferentes perspectivas. Sob o prisma da ideologia, a Constituição pode ser identificada como

- A) unitária ou variada.
- B) cesarista ou pactuada.
- C) dogmática ou histórica.
- D) principiológica ou preceitual.
- E) ortodoxa ou compromissória.

43. De acordo com determinada linha interpretativa, a ideia de Constituição deve ser entendida como instrumento de integração social, em sentido amplo, não apenas do ponto de vista jurídico-formal (como norma fundamental), mas também em perspectiva política e sociológica, como instrumento de regulação de conflitos e de construção e preservação da unidade político-social, de forma a compreender a Constituição como sistema.

Tal descrição corresponde ao seguinte método de interpretação constitucional:

- A) hermenêutico concretizador.
- B) normativo estruturante.
- C) hermenêutico clássico.
- D) científico-espiritual.
- E) comparativo.

44. A valorização do trabalho humano e a livre iniciativa receberam grande destaque pelo constituinte, de modo a servir de base para a ordem econômica brasileira com a finalidade assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social. É um mandamento de otimização a reger a atividade econômica do Brasil:

- A) a defesa do consumidor.
- B) a soberania nacional.
- C) o pluralismo político.
- D) o dirigismo estatal.
- E) o livre comércio.

45. Principal instrumento processual para solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que algum ato normativo seja declarado inconstitucional, a Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) é uma forma de se realizar o controle concentrado de constitucionalidade. São agentes legitimados ativos especiais para a propositura da ADI os listados nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Mesa do Senado Federal
- B) Mesa da Câmara dos Deputados
- C) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional
- D) partido político independentemente de representação no Congresso Nacional
- E) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

46. Os direitos fundamentais podem ser vistos como não sendo absolutos. Havendo o choque entre os direitos fundamentais, deverá ser realizado um juízo de ponderação a resolver o conflito no caso concreto. Nesse sentido, é característica dos direitos e garantias fundamentais a

- A) proibição do retrocesso.
- B) irrenunciabilidade.
- C) inalienabilidade.
- D) universalidade.
- E) relatividade.

47. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las imediatamente ao Congresso Nacional. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito

- A) Previdenciário.
- B) Trabalhista.
- C) Tributário.
- D) Eleitoral.
- E) Civil.

48. A apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República é feita considerando parecer prévio e ocorre por meio do exercício do controle externo. A que órgão compete a apreciação?

- A) Ao Senado Federal.
- B) Ao Congresso Nacional.
- C) À Câmara dos Deputados.
- D) Ao Tribunal de Contas da União.
- E) À Controladoria-Geral da República.

49. Criado para assessorar o Presidente em momentos de crise, o Conselho da República é o órgão superior de consulta e aconselhamento da Presidência da República. Em sua composição participam, entre outros integrantes, seis brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos, que chegam ao órgão por via da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e, respectivamente, são conduzidos ao Conselho mediante

- A) nomeação, nomeação e nomeação.
- B) nomeação, eleição e nomeação.
- C) eleição, nomeação e nomeação.
- D) nomeação, eleição e eleição.
- E) eleição, eleição e eleição.

50. Os princípios gerais norteadores da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e

- A) Proporcionalidade.
- B) interesse público.
- C) razoabilidade.
- D) finalidade.
- E) eficiência.

51. O sigilo bancário é uma garantia constitucional, com base no direito à privacidade e à intimidade, à inviolabilidade dos sigilos das comunicações telegráficas, correspondência de dados e das comunicações telefônicas. É necessária prévia autorização judicial para

- A) o Ministério Público instaurar procedimento de investigação criminal em face de autoridade com foro por prerrogativa de função em Tribunal de Justiça com base em relatório de inteligência financeira elaborado por conselho de controle das atividades financeiras.
- B) o Corregedor Nacional de Justiça ter acesso aos dados bancários e fiscais considerados imprescindíveis para apurar infração de sujeito determinado, em processo instaurado mediante decisão fundamentada e baseada em indícios concretos da prática do ato.
- C) o Ministério Público ter acesso a informações bancárias de contas de titularidade de órgãos e entidades públicas, com o fim de proteger o patrimônio público.
- D) agentes fiscais tributários da União examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras quando for indispensável o acesso aos dados para informar processo administrativo já instaurado.
- E) o Tribunal de Contas da União receber informações relativas a operação de créditos originárias de recursos públicos.

52. A vedação à prática do nepotismo foi pacificada, definitivamente, pelo Supremo Tribunal Federal mediante a edição da

- A) Súmula Vinculante 2.
- B) Súmula Vinculante 4.
- C) Súmula Vinculante 13.
- D) Súmula Vinculante 14.
- E) Súmula Vinculante 21.

53. Segundo o artigo 3º da Lei 11.107/2005 (Consórcios públicos), o consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição

- A) de protocolo complexo.
- B) de protocolo federativo.
- C) de protocolo consensual.
- D) de protocolo interestadual.
- E) de protocolo de intenções.

54. A Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção) prevê a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública. Assinale a alternativa correta quanto à responsabilização das pessoas jurídicas.

- A) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por responsabilidade subjetiva de um de seus dirigentes.
- B) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas quando houver condenação penal com trânsito em julgado de todos os seus dirigentes.
- C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- D) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por atos omissivos dos seus dirigentes.
- E) As pessoas jurídicas somente serão responsabilizadas por responsabilidade civil de seus dirigentes.

55. Assinale a alternativa correta em relação aos princípios administrativos.

- A) Os princípios da moralidade e da impessoalidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.
- B) Os princípios da oficialidade e do interesse público são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.
- C) Os princípios da legalidade e publicidade são princípios constitucionalmente implícitos que não estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.
- D) O princípio da razoabilidade e proporcionalidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.
- E) Os princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade são princípios constitucionalmente explícitos que estão positivados no rol do artigo 37 da Constituição.

56. A Lei 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos) estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. A esse respeito, é correto afirmar que a Lei 14.133/21

- A) se aplica, exclusivamente, às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União.
- B) se aplica, exclusivamente, às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Municípios.
- C) se aplica às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outros órgãos públicos.
- D) se aplica, exclusivamente, às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais do Distrito Federal.
- E) se aplica, exclusivamente, às Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Estados.

57. A Súmula 473 do STF, que prevê que a Administração pode anular e revogar seus próprios atos, consagra o princípio

- A) da autotutela.
- B) da publicidade.
- C) da moralidade.
- D) do contraditório.
- E) da razoável duração do processo.

58. O ato jurídico produzido voluntariamente por instrumento público, mediante a concessão dos pais, que antecipa os efeitos da aquisição da maioridade e da capacidade civil plena, para data anterior daquela em que o menor atinge 18 anos importa automaticamente

- A) na imputabilidade penal.
- B) na inaplicabilidade do Estatuto das Crianças e Adolescentes para tutelar direitos do emancipado.
- C) na necessidade de nomeação de tutor para zelar pelos interesses do emancipado.
- D) na obrigação de ser homologado judicialmente.
- E) no caráter definitivo, irrevogável e irretroatável do cessamento da menoridade, em regra.

59. Nas alternativas a seguir, estão listados elementos do ato administrativo, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) competência e forma
- B) motivação e ponderação
- C) finalidade e objeto
- D) motivo e finalidade
- E) competência e objeto

60. É correto afirmar que os bens públicos são corretamente classificados como

- A) bens públicos de uso comum do povo, bens públicos de uso especial e bens públicos de uso territorial.
- B) bens públicos de uso dominical, bens públicos de uso especial e bens públicos de uso estatal.
- C) bens públicos de uso comum do povo, bens públicos de uso especial e bens públicos de uso dominical.
- D) bens públicos de uso dominical, bens públicos de uso especial e bens públicos de uso prescricional.
- E) bens públicos de uso comum do povo, bens públicos de uso decadal e bens públicos de uso especial.

61. A Lei 10.520/2002 prevê a utilização da modalidade de licitação denominada pregão. A respeito dessa modalidade, é **incorreto** afirmar que ela poderá ser adotada para aquisição de

- A) bens e serviços complexos.
- B) bens e serviços incomuns.
- C) bens e serviços comuns.
- D) bens e serviços de notória especialização.
- E) bens e serviços incomuns de avaliação subjetiva.

62. Um pai era proprietário de um imóvel e resolveu doá-lo para seu filho. Ao realizar o negócio, o doador estabelece seu direito real de uso sobre o bem imóvel enquanto permanecer vivo. No caso, o pai

- A) tem a posse indireta do bem.
- B) tem a titularidade do domínio do bem.
- C) tem a titularidade do direito real de usufruto.
- D) está despido do direito de usar e fruir do bem.
- E) mantém apenas os direitos de dispor e reivindicar o bem.

63. A transmissão gratuita de bem praticada por devedor que já se encontrava insolvente quando da realização do negócio jurídico poderá ser anulada por credor

- A) putativo.
- B) quirografário.
- C) com garantia real.
- D) de qualquer espécie.
- E) que assumiu crédito após a realização da transmissão gratuita.

64. Após ser pedida a penhora de obra de arte pelo credor na fase de execução, são apresentados embargos por um terceiro que alega ser o verdadeiro proprietário do bem, pois teria adquirido por contrato de compra e venda firmado com o devedor que ainda não havia contraído a dívida pela qual estava sendo executado. O juiz não acolheu os argumentos do embargante porque entendeu que a alegada compra e venda foi simulada. A respeito do reconhecimento da simulação, é correto afirmar que

- A) não pode acontecer de ofício, pois em embargos de terceiro não se anula negócio jurídico.
- B) pode acontecer de ofício, pois gera a anulabilidade do negócio jurídico, mesmo sem ter causado prejuízos a terceiros.
- C) pode ser feita de ofício, desde que respeitado o prazo prescricional de quatro anos contados da conclusão do negócio jurídico.
- D) pode ocorrer de ofício mesmo incidentalmente em qualquer processo em que for ventilada a questão, pois o negócio jurídico simulado é nulo.
- E) não pode acontecer de ofício, embora seja causa de nulidade absoluta do negócio jurídico simulado.

65. Observe o trecho a seguir:

“...é expressão do princípio constitucional da soberania nacional, sendo considerada una e indivisível. Esta unicidade, contudo, não proíbe que terceiros possam estar autorizados a realizar práticas alternativas de solução de conflitos, por intermédio de métodos próprios.”

O parágrafo acima trata da

- A) jurisdição.
- B) conciliação.
- C) mediação.
- D) arbitragem.
- E) transação.

66. Um sócio é lesado em contrato celebrado com outro integrante da sociedade empresária tendo por objeto cessão de cotas em troca de um determinado montante que não fora adimplido. Em função disso, decide promover ação judicial para reaver o prejuízo. No caso é correto afirmar que é permitido à parte lesada

- A) exigir concomitantemente o cumprimento forçado ou o rompimento do contrato, desde que antes da contestação.
- B) pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos, desde que antes da sentença.
- C) optar entre o cumprimento forçado ou o rompimento do contrato, desde que antes da audiência de instrução e julgamento.
- D) decidir pelo cumprimento do contrato, desde que antes da sentença, ou pelo rompimento do contrato, desde que após a sentença.
- E) optar entre o cumprimento forçado ou o rompimento do contrato, a qualquer tempo.

67. Determinada empresa celebrou contrato de locação comercial pelo prazo de 10 anos com Shopping Center para instalar loja de artigos eletrônicos. Com a vontade de renovar o contrato e percebendo o desinteresse dos administradores do centro comercial, a empresa locatária propõe ação renovatória requerendo a renovação do contrato por igual prazo sob as mesmas condições. É correto afirmar que a renovação do contrato em questão

- A) prescinde de contrato escrito.
- B) pode ocorrer de forma automática pelo prazo estabelecido no contrato em vigor.
- C) poderá ser concedida se ação renovatória tiver sido proposta até seis meses, no máximo, antes da data da finalização do prazo do contrato em vigor, sob pena de prescrição.
- D) poderá ser compulsoriamente concedida pelo prazo de cinco anos, ainda que a vigência do contrato vincendo supere esse período.
- E) deve ser negada pois o prazo máximo do contrato de locação permitido por lei é de cinco anos.

68. A respeito da perda da pretensão do titular de um direito subjetivo que não o exerce em determinado lapso temporal, é correto afirmar que é hipótese que impede ou suspende a sua consumação

- A) a ausência do país em virtude do exercício de atividade profissional.
- B) ao longo da duração do poder familiar em relações envolvendo ascendentes e descendentes.
- C) a vigência de sociedade conjugal ainda que separada de fato por um longo período.
- D) a prestação de serviço nas Forças Armadas.
- E) a incapacidade relativa.

69. Por meio da teoria do adimplemento substancial, defende-se que, se o adimplemento da obrigação foi muito próximo ao resultado final, a parte credora não terá direito de pedir a resolução do contrato. A aplicação da teoria do adimplemento substancial no Direito brasileiro fundamenta-se pela tutela do seguinte princípio contratual moderno:

- A) revisão.
- B) relatividade.
- C) função social.
- D) boa-fé objetiva.
- E) equilíbrio econômico.

70. O exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços é vedado ao

- A) pródigo.
- B) militar da reserva.
- C) funcionário público.
- D) condenado penalmente.
- E) empresário falido reabilitado.

71. Existem situações legalmente determinadas que implicam a obrigatoriedade da adoção do regime de separação de bens. Nesse sentido, é correto afirmar que não deve(m) casar, por dar(em) ensejo a causa impeditiva da alteração de regime legal,

- A) o viúvo ou viúva que tiver filho do cônjuge falecido enquanto não der início à abertura do inventário dos bens do casal.
- B) o adotante com quem foi cônjuge do adotado.
- C) o cônjuge sobrevivente com o condenado por tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- D) a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até 10 meses depois do começo da dissolução da sociedade conjugal.
- E) o tutor, o curador e seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos com a pessoa tutelada ou curatelada, até 6 meses após cessada a tutela ou curatela.

72. Determinado Banco Privado propôs ação de cobrança, na Justiça Estadual, em face de duas pessoas físicas que haviam firmado contrato de abertura de crédito, mas não o haviam quitado. A sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido. O banco credor interpôs apelação. Entretanto, quando os autos já estavam no Tribunal à espera de julgamento do recurso, houve a privatização do banco, com cessão dos créditos do processo recorrido para a Caixa Econômica Federal. Nesse caso, é correto afirmar que a competência

- A) é da Justiça Estadual, visto que o processo já fora julgado em primeiro grau.
- B) será da Justiça Federal, se o juiz de primeiro grau estiver no exercício da jurisdição federal.
- C) é da Justiça Federal, uma vez que o julgamento da lide diz respeito a interesse de empresa pública federal.
- D) será da Justiça Estadual, se a Caixa Econômica tiver ingressado no feito como mera assistente litisconsorcial.
- E) será da Justiça Federal se o recurso ainda não tiver sido distribuído a um relator.

73. Em ação de busca e apreensão, o réu ingressou com contestação antes mesmo do cumprimento da medida liminar de apreensão do carro, que fora deferida. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) se suspende a execução da liminar, para exame da peça de resposta.
- B) se revoga a liminar deferida, ante a contestação apresentada.
- C) a apreciação da contestação condiciona o cumprimento da liminar.
- D) o oferecimento da contestação não pode ser anterior ao cumprimento da liminar.
- E) a análise da contestação após o cumprimento da liminar não oferece risco ao contraditório.

74. O artigo 2º do Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, dispõe:

O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

Nesse dispositivo encontra-se retratado o seguinte princípio:

- A) boa-fé processual.
- B) inércia da jurisdição.
- C) juiz natural da causa.
- D) imparcialidade do juiz.
- E) inafastabilidade do poder jurisdicional.

75. Analise as afirmativas a seguir e marque V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

()	O assistente é um terceiro que tem interesse jurídico na solução do litígio em favor de uma das partes.
()	O fundamento para a criação da figura do <i>amicus curiae</i> está no lapso de formação dos magistrados em questões técnicas.
()	O chamamento ao processo é modalidade de intervenção de terceiro que pode ser proposta por ambas as partes.
()	Cabe denunciação à lide proposta pelo réu em face de corréu, desde que não haja fundamento novo que motive dilação probatória.
()	Encerradas as atividades da empresa, com a respectiva baixa, se houve dívida deve ser utilizada a desconsideração da personalidade jurídica para atingir patrimônio dos sócios.

Assinale a alternativa que apresente a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – F – V – F – F
- B) F – F – V – V – V
- C) F – F – F – V – F
- D) V – F – F – V – F
- E) V – F – V – F – V

76. Em decorrência do princípio da confidencialidade, é correto afirmar que o mediador

- A) não poderá revelar qualquer dado da sessão de mediação a terceiros em nenhuma hipótese.
- B) deve guardar sigilo sobre todas as informações recebidas, exceto se instado a revelá-las pelo juiz.
- C) deve manter sigilo acerca do procedimento de mediação, a despeito do que registrar a lei.
- D) poderá não respeitar o princípio se houver grave ameaça a direito de uma das partes em conflito.
- E) nada revelará em relação à mediação, sendo exceção a hipótese de necessidade de cumprimento do acordo obtido.

77. Assinale a alternativa em que esteja(m) corretamente indicado(s) objeto(s) da prova no processo civil.

- A) todos os fatos
- B) o direito alegado
- C) o direito controvertido
- D) os fatos controvertidos
- E) os fatos indeterminados

78. Observe o trecho a seguir:

“Trata-se de expressão principal do exercício do direito subjetivo público de ação e veículo da pretensão à proteção estatal de determinado bem da vida, indicando os principais elementos constitutivos do processo.”

O parágrafo acima está se referindo a

- A) agravo.
- B) apelação.
- C) embargos.
- D) petição inicial.
- E) recurso inominado.

79. Analise as afirmativas a seguir e marque V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

()	A inspeção judicial é um meio de prova que objetiva examinar pessoas ou coisas para a formação da convicção do magistrado.
()	A prova pericial poderá ser substituída pela inquirição de especialista sobre a questão controversa.
()	A ordem dos depoimentos das testemunhas em audiência é imutável.
()	O perito é profissional especialista, de reputação ilibada, sempre indicado pelo juiz para esclarecer questão técnica.

Assinale a alternativa que apresente a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – V – F – F
- B) V – F – V – F
- C) F – V – V – V
- D) F – F – V – V
- E) F – V – F – V

80. Preenchidos os requisitos legais, a defesa de Jaime requer ao juiz competente a concessão do benefício do livramento condicional. O magistrado, todavia, nega o benefício pleiteado ao argumento de que o crime praticado por Jaime é demasiadamente grave, merecendo punição exemplar, e que conceder livramento condicional numa situação como aquela seria prestigiar a impunidade. A defesa de Jaime deseja recorrer da decisão e, para isso, o recurso cabível segundo a legislação é

- A) apelação.
- B) *habeas corpus*.
- C) agravo em execução.
- D) recurso em sentido estrito.
- E) mandado de segurança.

81. O roubo simples, a extorsão simples e a omissão de socorro são classificados, respectivamente, como crime

- A) material, formal, formal.
- B) material, material, formal.
- C) material, formal, de mera conduta.
- D) formal, material, de mera conduta.
- E) material, de mera conduta, de mera conduta.

82. João possui desenvolvimento mental incompleto e é inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito de condutas penalmente relevantes e determinar-se de acordo com tal entendimento. Nesse sentido e de acordo com a legislação, caso João pratique fato descrito como típico na lei, poderá alegar em sua defesa a

- A) ausência de imputabilidade penal e, conseqüentemente, inexistência de culpabilidade em sua conduta.
- B) ausência de antijuridicidade em sua conduta e, conseqüentemente, atipicidade do fato.
- C) inexigibilidade de conduta diversa e, conseqüentemente, exclusão de conduta penalmente relevante.
- D) atipicidade da conduta com base na imputabilidade penal e, conseqüentemente, imposição de medida de segurança.
- E) existência de causa excludente de ilicitude, e, conseqüentemente, ausência de crime, sendo possível, entretanto, imposição de medida de segurança.

83. Douglas, nascido em 10/11/2003, manteve sua namorada Júlia em cárcere privado durante o período de 18/10/2021 a 10/11/2021, data em que a polícia descobriu a localização da vítima, libertou-a e prendeu Douglas em flagrante delito. Nesse sentido, considerando apenas a situação exposta, é correto afirmar que, em relação ao tempo do crime,

- A) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- B) adota-se a Teoria do Resultado, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- C) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- D) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- E) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, consoante interpretação mais favorável ao réu, Douglas não pode ser considerado imputável, estando sujeito apenas a medida de segurança.

84. Aquele que pratica conduta descrita no tipo penal do delito de tráfico de drogas, mas em erro sobre elemento constitutivo do tipo, ou seja, em hipótese de erro de tipo essencial poderá

- A) alegar atipicidade da conduta.
- B) responder pela modalidade culposa do delito.
- C) ser isento de pena.
- D) ter a pena diminuída com base em causa especial de diminuição de pena.
- E) alegar excludente de ilicitude da conduta.

85. Em determinado processo eletrônico, cujo pedido visou à exibição de documentos, a juntada do A.R. de citação foi efetivada pelo próprio advogado do autor e não pela serventia judicial, que, entretanto, certificou nos autos a juntada por meio de serventuário da justiça com competência funcional para tanto. Ultrapassado o prazo de 5 dias, foi certificada a ausência de manifestação do réu e, posteriormente, o juiz decretou sua revelia. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- A) não há que se falar em revelia, porque o ato da juntada é nulo.
- B) o que importa para a decretação da revelia é o A.R. firmado pelo réu.
- C) a revelia não se sustenta, porque o prazo para contestar é de 15 dias.
- D) sendo anulável a juntada do A.R. aos autos, não haverá revelia.
- E) a ausência de manifestação do réu no prazo de resposta gera revelia.

86. Objetivando lesionar gravemente Sérgio, Ivan desferiu contra a vítima uma paulada. Todavia, com sua conduta, Ivan atinge Gustavo, irmão gêmeo idêntico de Sérgio, pois o confundira com a vítima pretendida. A essa hipótese, a legislação classifica como

- A) resultado diverso do pretendido.
- B) erro provocado por terceiro.
- C) erro de tipo essencial.
- D) erro sobre a pessoa.
- E) erro na execução.

87. No caso da prática de crimes conexos, havendo concurso de jurisdições e nos termos da lei, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Se as jurisdições forem de mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.
- B) Se as jurisdições forem de mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade.
- C) No concurso de jurisdições de diversas categorias, prevalecerá a que tiver maior número de infrações; se forem de igual gravidade, será observada a prevenção.
- D) No caso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação.
- E) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta.

88. Joana, com dolo de matar, injeta substância mortífera em Plínio ao observar que ele estava deitado e por julgar que sua pretensa vítima estava em sono profundo. Não sabia Joana, contudo, que Plínio, naquele momento, já se encontrava morto, o que foi devidamente constatado por laudo pericial. Nessa hipótese, de acordo com a legislação, é correto afirmar que Joana

- A) responderá por crime doloso contra a vida praticado com dolo eventual.
- B) não será punida porque, nessa hipótese, não se pune a tentativa.
- C) responderá por crime contra a vida, mas na modalidade culposa.
- D) poderá beneficiar-se com a causa de diminuição de pena da tentativa.
- E) não será punida a título de dolo, mas poderá beneficiar-se do erro na execução.

89. O Decreto 678/92, Pacto de São José da Costa Rica, assegura que toda pessoa tem direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior. Essa garantia é mais bem traduzida pelo princípio

- A) da Não Autoincriminação Compulsória.
- B) da Publicidade dos Atos Processuais.
- C) do Duplo Grau de Jurisdição.
- D) da Presunção de Inocência.
- E) Acusatório.

90. Luciana, com o objetivo de obter para si vantagem ilícita, induzindo alguém em erro, utiliza-se de documento particular por ela falsificado para aquela determinada ocasião específica, e, como intentado, pratica delito de estelionato. Nessa hipótese, considerando-se apenas os dados narrados, é correto afirmar que

- A) Luciana deve responder pelos delitos de estelionato e falsificação de documento particular em concurso material de delitos, devendo haver a incidência da maior fração de aumento.
- B) Há continuidade delitiva entre os delitos de falsificação de documento particular e estelionato, devendo Luciana responder pelo delito que tiver a pena mais grave.
- C) Como há dois núcleos do tipo, quais sejam: falsificar e enganar, deve ser aplicado apenas o tipo penal mais específico, com base no princípio da alternatividade.
- D) Luciana agiu em concurso formal de delitos, e as penas devem ser somadas, pois foram duas condutas com desígnios autônomos.
- E) Luciana deve responder apenas pelo delito de estelionato, estando o delito de falsificação absorvido.

91. Acerca do inquérito policial, analise as situações a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) Findas as diligências e, entendendo estar o procedimento suficientemente instruído, a autoridade policial elaborará minucioso relatório. Caso referido relatório conclua pelo arquivamento do inquérito policial, a autoridade policial determinará o respectivo arquivamento, sendo certo que o Ministério Público, como fiscal da lei, fará a revisão da legalidade do ato.
- B) O delegado de polícia não poderá instaurar inquérito policial, mesmo diante de condução coercitiva oriunda de situação flagrancial, quando se tratar de delito de ação penal pública condicionada à representação sem que a vítima tenha representado.
- C) Com lastro no sistema acusatório, o inquérito policial, cuja natureza é de procedimento administrativo, não pode ser sigiloso, devendo também, tal como o processo, respeitar o princípio da publicidade, excepcionando-se apenas as situações em que o sigilo se impuser, desde que devidamente justificado.
- D) É defeso à autoridade policial, com lastro na presunção de inocência, averiguar a vida pregressa do indiciado e seu estado de ânimo antes e depois do crime, bem como quaisquer outros elementos que contribuam para apreciação do seu temperamento e caráter.
- E) O delegado de polícia, que, durante o plantão, recebe uma ligação anônima noticiando a prática de delito de roubo com resultado morte ocorrido nas proximidades está obrigado a instaurar inquérito imediatamente, pois se trata de crime de ação penal pública incondicionada.

92. Suponha que uma lei penal temporária tenha atribuído a delito já existente na legislação uma causa de aumento que se faria incidir caso o crime em questão fosse praticado no período que referida lei temporária estivesse em vigor. Nesse sentido, suponha também que Caio tenha infringido a lei nos termos descritos, ou seja, tenha praticado o delito na hipótese prevista pela lei temporária. Suponha, igualmente, que, na data do julgamento de Caio, por conta da prática da conduta penalmente descrita em análise, referida lei penal temporária não esteja mais em vigor. Nessa situação, é correto afirmar que

- A) Caio deverá responder com a incidência da causa de aumento prevista na lei penal temporária, mesmo referida lei não estando mais em vigor.
- B) como a lei penal temporária não está mais em vigor, não incide a causa de aumento nela prevista à conduta de Caio.
- C) como ocorreu a *abolitio criminis* em relação à causa de aumento prevista na lei penal temporária, esta não se aplica a Caio.
- D) o juiz poderá ou não aplicar a causa de aumento prevista na lei penal temporária, a depender se, na situação concreta, for mais benéfico a Caio.
- E) Caio deverá responder sempre com a pena mais grave possível, não importa se a lei penal é temporária ou não, como medida de justiça.

93. Juliana é mãe de Alice, que tem 13 anos. Certo dia, Juliana vê Alice praticar conjunção carnal com o vizinho, Aurélio, de 30 anos. Mesmo horrorizada com a cena, Juliana resolve não intervir para impedir a continuidade do ato, pois não queria criar nenhum aborrecimento com o vizinho. Considerando apenas os dados fornecidos e com base na lei, é correto afirmar que

- A) Juliana poderá responder apenas por omissão de socorro, praticado via omissão própria.
- B) a conduta de Juliana é atípica pela legislação, caso Alice tenha consentido com a relação sexual.
- C) Aurélio e Juliana responderão por estupro de vulnerável praticado em concurso de pessoas; Aurélio via ação e Juliana via omissão.
- D) a hipótese é de estupro simples e não estupro de vulnerável, sendo certo que apenas Aurélio responderá por estupro; Juliana responderá por omissão de socorro.
- E) Juliana poderá responder por estupro de vulnerável, praticado via omissão imprópria.

94. Em hipótese de ação penal pública condicionada à representação no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, vítima e autor do fato fizeram acordo na respectiva audiência de conciliação. Nessa hipótese, homologado o acordo pelo juiz, haverá, pela legislação,

- A) renúncia ao direito de representação.
- B) falta de interesse processual.
- C) perda do direito de agir.
- D) perdão processual.
- E) atipicidade do fato.

95. O Ministério Público ofereceu denúncia contra Anita pela prática dos delitos de furto qualificado e receptação qualificada. Determinada a citação, fica constatado pelo oficial de justiça que Anita está se ocultando para não ser citada. Nessa hipótese, nos termos da lei processual penal, é correto afirmar que

- A) o oficial de justiça precisa diligenciar por pelo menos cinco vezes e, só assim, certificando a ocorrência, procederá à citação por hora certa.
- B) o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por hora certa.
- C) Anita deverá ser citada por edital, sem a necessidade de certificação por parte do oficial de justiça.
- D) Anita deverá ser citada por edital, mas antes disso o oficial de justiça precisa certificar que, por 15 dias, tentou citá-la pessoalmente sem sucesso.
- E) Anita deverá ser considerada revel, e os fatos narrados na inicial acusatória terão presunção de veracidade, assegurando-se, contudo, o contraditório.

96. Em decorrência de prova colhida durante a instrução criminal, dando conta de que os fatos narrados na inicial acusatória foram diversos daqueles que efetivamente ocorreram, o promotor de justiça, atendendo às exigências legais, oferece o respectivo aditamento à denúncia, tudo conforme determina a lei. O juiz, por sua vez, em decisão fundamentada, resolve não receber o aditamento à denúncia feito pelo Ministério Público. Nessa hipótese, contra referida decisão judicial, assinale a alternativa que contempla o recurso cabível.

- A) apelação
- B) *habeas corpus*
- C) recurso especial
- D) agravo em execução
- E) recurso em sentido estrito.

97. Nulidade é o vício processual decorrente da inobservância de determinada exigência legal; é a sanção ou consequência jurídica imposta em virtude do descumprimento de determinada regra do Direito. Nesse sentido, acerca do tema "Nulidades" no processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) Diante de dúvida concreta acerca da legalidade da prova que fundamentou a sentença, será possível que o Tribunal de Justiça reforme a decisão judicial, piorando a situação do réu, mesmo em caso de recurso exclusivo da defesa.
- B) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação.
- C) A nulidade absoluta está sujeita pela lei à preclusão e não pode ser conhecida de ofício por juiz ou tribunal, pois isso violaria a inércia jurisdicional.
- D) As nulidades arguidas no curso na investigação irão necessariamente macular a ação penal dela decorrente, pois a fase pré-processual é obrigatória.
- E) No processo penal, tanto a falta de defesa quanto a defesa deficiente apenas geram nulidade relativa. Todavia, uma vez comprovado o prejuízo em ambos os casos, o processo será anulado.

98. Lucas foi vítima de estelionato cometido por sua irmã, Lara, e contra ela representou ao noticiar o crime à polícia. Todavia, após a representação, Lucas arrependeu-se pois pensou nos laços familiares. Nessa situação e com base apenas no que foi exposto, é correto afirmar que Lucas

- A) não poderá se retratar da representação feita, pois a ação penal é pública e a representação é mera condição de procedibilidade.
- B) apenas poderá se retratar da representação feita enquanto o inquérito policial não for relatado pela autoridade policial.
- C) poderá retratar-se da representação feita desde que o Ministério Público ainda não tenha oferecido a denúncia.
- D) poderá se retratar da representação feita a qualquer tempo, mesmo na fase processual, pois a representação tem essa característica.
- E) apenas poderá se retratar da representação feita se o promotor de justiça não oferecer a denúncia no prazo legal. Nessa hipótese, diante da inércia, caberá retratação.

99. Ricardo foi visto por Wilson praticando delito de roubo. Tão logo viu a ocorrência do crime, Wilson chamou a polícia, que, por sua vez, após atender às formalidades legais, saiu prontamente em perseguição de Ricardo. Considerando-se que a perseguição foi ininterrupta, a polícia conseguiu efetuar a prisão em flagrante em situação em que se fazia presumir ser Ricardo o autor da infração. Nessa hipótese, classifica-se a prisão em flagrante como flagrante

- A) próprio.
- B) impróprio.
- C) esperado.
- D) preparado.
- E) presumido.

100. Para a decretação da prisão preventiva, faz-se imperioso observar, na decisão judicial, a necessidade da existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a segregação cautelar, bem como uma análise acerca da severidade da medida quando comparada a eventual pena que pode ser aplicada ao final do processo. Tais condutas por parte do magistrado lastreiam-se, respectivamente, nos princípios da

- A) contemporaneidade e homogeneidade da prisão cautelar.
- B) necessidade e adequação da prisão cautelar.
- C) estado de inocência e devido processo legal.
- D) contemporaneidade e *in dubio pro reo*.
- E) adequação e presunção de inocência.

RASCUNHO

RASCUNHO



0033479

RASCUNHO